COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6.964, DE 2010

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, para tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras e seus prestadores de serviços.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado FÁBIO TRAD

I - RELATÓRIO

Oriundo do Senado Federal, vem o projeto de lei em epígrafe a esta Casa para que exercite sua função de Câmara Revisora, nos termos do art. 65 da Constituição da República..

Seu objetivo é tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras de planos de saúde e os profissionais de saúde, na qualidade de pessoa física, ou os estabelecimentos de saúde, na qualidade de pessoa jurídica. Para tanto, altera os textos dos **caputs** dos arts. 17 e 18 da Lei nº 9.656, de 1998, alterada pela MP 2.177-44, de 2001, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, bem como acrescenta-lhe o art. 17-A.

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou o projeto e rejeitou emenda ali apresentada.

A Comissão de Seguridade Social e Família opinou pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda 1/2010.

Vem agora a esta Comissão para que se manifeste sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

II – VOTO DO RELATOR

A matéria é da competência da União e cabe ao Congresso Nacional manifestar-se.

A emenda apresentada à CDC visa a limitar o aviso prévio ao consumidor apenas no caso de substituição de hospitais. Como lembrou o então Relator, Deputado Vital do Rego Filho, não haveria esse aviso em caso de substituição de laboratório e médicos especialistas, por exemplo.

Não posso concordar com o sucesso da emenda, já que nela faz-se distinção entre consumidores que estão na mesma situação.

Considero injurídica a proposta.

Por sua vez, a emenda apresentada na CSSF pretende modificar a redação sugerida para o § 3º do artigo 17-A. Ao invés de declarar somente que a periodicidade do reajuste é anual, diz que é obrigatório às operadoras dos planos “no relacionamento com as pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde”, e o reajuste dos valores pagos a esses prestadores deve corresponder a, pelo menos, cinquenta do percentual definido pela ANS para reajuste dos planos individuais.

Aqui há um problema: não pode o Estado determinar periodicidade ou percentual de reajuste de contratos disciplinados pelo Direito Civil entre pessoas jurídicas ou físicas. Violado o princípio da livre concorrência (artigo 170 da Constituição da República).

O contrato entre a operadora e os que lhe prestam serviços não é regido pelo Direito do Consumidor o que já afasta a razoabilidade de se incluir o previsto na emenda no projeto de lei ora examinado.

Além disso, a proposta sugere uma vinculação (ainda que não exata) entre o percentual de reajuste desses contratos àqueles entre o

consumidor e a operadora do plano, e isto é no mínimo difícil de defender do ponto de vista jurídico.

Pelo exposto, opino no seguinte sentido:

a) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

b) pela injuridicidade da emenda apresentada à Comissão de Defesa do Consumidor;

c) pela inconstitucionalidade da emenda apresentada à Comissão de Seguridade Social e Família.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado FÁBIO TRAD
Relator